

PROJETO DE LEI №. 1.315/2025 DE 13 DE MARÇO DE 2025.

"Autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente e estabelece outras providências".

A Câmara Municipal de Toledo MG aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte

Lei:

Art. 1º. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir por decreto, crédito suplementar no valor de R\$ 871.000,00 (oitocentos e setenta e um mil reais) no orçamento vigente, Lei Municipal n° 1.262 de 25 de setembro de 2024, nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Orçamentária	D.R.	Valor (R\$)
02. Município de Toledo		
02.02. Secretaria Munic. de Administração		
02.02.01. Secretaria Munic. de Administração		
02.02.01.04.122.002.1.0005. Aquis. Equip. p/ Serviços Adm. Municipais		
02.02.01.04.122.002.1.0005.449052. Equip. e Material Permanente	1.500.000	50.000,00
02.04. Obras, Serviços e Transportes		
02.04.03. Transporte		
02.04.03.26.782.016.2.0025. Manut. Serviços Transportes e Estradas		
02.04.03.26.782.016.2.0025.339039. Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica	1.500.000	100.000,00
02.04. Obras, Serviços e Transportes		
02.04.04. Obras e Serviços Urbanos		
02.04.04.122.002.1.0017. Aquis., Const./Ref. Prédios e Espaços Públicos		
02.04.04.122.002.1.0017.449051. Obras e Instalações	2.710.000	187.300,00
02.06. Secr.M.de Educ.,Cult.e Tur., Esp.e Lazer		
02.06.06. Cultura e Turismo		
02.06.06.13.392.010.1.0040.Constr/Ampl./Ref./Parque/Eventos/Lago/Praç		
02.06.06.13.392.010.1.0040.449051. Obras e Instalações	2.710.000	87.500,00
02.06.06.13.392.010.10040.449052. Equip. Material Permanente	2.710.000	38.700,00
	1.500.000	42.500,00
02.06. Secr.M.de Educ.,Cult.e Tur., Esp.e Lazer		
02.06.03. Educação Infantil		
02.06.03.12.365.007.2.0043. Man. Rede Educação Infantil/Creche		



02.06.03.12.365.007.2.0043.339030. Material de Consumo	2.569.000	365.000,00
Total		871.000,00

Art. 2º. Parte dos recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º será anulação parcial de dotações orçamentárias de acordo com o inciso III, §1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, conforme discriminações:

Dotação Orçamentária	D.R.	Valor (R\$)
02. Município de Toledo		
02.03. Secr. Munic. de Fazenda e Planejamento		
02.03.01. Secr. Munic. de Fazenda e Planejamento		
02.03.01.04.122.002.2.0013. Obrigações Patronal/Geral		
02.03.01.04.122.002.2.0013.319013. Obrigações Patronais	1.500.000	192.500,00
Total		192.500,00

Art. 3.º. Parte dos recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º, no valor de R\$ 678.500,00 (seiscentos e setenta e oito mil e quinhentos reais) será o superávit financeiro do exercício anterior, apurado no Balanço Patrimonial, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei 4.320/64, sendo na fonte 2.710.000 o valor de R\$ 313.500,00 (trezentos e treze mil e quinhentos reais) e na fonte 2.569.000 o valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Zildo Alexandro de Oliveira Prefeito Municipal



1115	TIFI	ΓΔϽΙ	IVA
JUJ			1 7 7

Sr. Presidente,

Srs. Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei que objetiva dispor sobre a suplementação de dotações orçamentárias vinculadas a diversas Secretarias Municipais.

Sabemos que o Orçamento Público é um processo contínuo, dinâmico e flexível que traduz em termos financeiros para um determinado período (um ano), os planos e programas de trabalho do governo, que durante sua execução, pode ser alterado por diversos motivos. Destacamos, dentre eles, que a elaboração da proposta orçamentária para o exercício 2025, não foi elaborada pela atual gestão, além de fatos imprevisíveis e urgentes que ocorrem durante o exercício e que independem da vontade do administrador.

Diante de disso, enfatizamos que o presente projeto propõe apenas adequações orçamentárias para atender ações estratégicas da administração, a fim de aprimorar os atendimentos da população, sendo elas:

1- Aquis. Equip. p/ Serviços Adm. Municipais/ Aquis., Const./Ref. Prédios e Espaços Públicos

Visa a ampliação da Prefeitura Municipal, com a finalidade de organizar os espaços para centralizar as secretarias municipais, tendo como objetivo principal melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos oferecidos à população, considerando que o atendimento ao público será mais ágil e eficiente, pois será mais fácil para os moradores encontrarem os serviços de que necessitam, sem a necessidade de deslocamentos para diferentes pontos da cidade. Além disso, a centralização pode criar um ambiente mais acessível, com espaços adequados para a recepção e orientação da população.



Portanto, a ampliação da Prefeitura Municipal e a reorganização de seus espaços não se limitam apenas a uma melhoria na infraestrutura física, mas também representam uma estratégia para otimizar a gestão pública, reduzir custos, melhorar a qualidade dos serviços prestados e aumentar a satisfação da população. Esse projeto é essencial para modernizar a administração municipal, garantindo que ela esteja alinhada com as necessidades e expectativas dos cidadãos, promovendo uma cidade mais organizada e eficiente para todos.

2- Manutenção dos Serviços de Transportes e Estradas

Os recursos solicitados na ação mencionada visa contabilizar despesas com locação de máquinas para manutenção das estradas municipais.

Em muitas situações, como foi o caso das estradas de nosso município, as condições das estradas exigem reparos urgentes, que só seriam possíveis com a locação de máquinas, permitindo uma resposta mais rápida e eficiente as demandas da sociedade.

3- Constr/Ampl./Ref./Parque/Eventos/Lago/Praça de Lazer

A presente proposta visa à construção de uma quadra de areia e aquisição de um parque infantil, que será construído ao entorno do Lago Municipal, com o objetivo de proporcionar à população uma opção saudável, segura e acessível para a prática de atividades físicas, o lazer e a convivência social.

4- Man. Rede Educação Infantil/Creche

Os recursos a serem utilizados vinculados nessa ação, foram liberados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio das Resoluções nº 15/2013, nº 16/2013 e nº 17/2013, na qual estabelece normas claras sobre a aplicação dos recursos financeiros transferidos para a educação infantil, com o objetivo de garantir a melhoria contínua da qualidade do ensino e o fortalecimento da infraestrutura educacional no Brasil. Essas resoluções especificam que os recursos recebidos devem ser utilizados de forma exclusiva para despesas de custeio que visem à manutenção e o desenvolvimento da Educação Infantil, em conformidade com as necessidades de cada município ou unidade da federação.

Para cumprir essas determinações e garantir que os recursos sejam devidamente aplicados, o projeto de lei visa a **abertura de crédito suplementar** para adequação orçamentária, possibilitando que o montante necessário seja alocado de maneira eficiente e tempestiva para atender às exigências das referidas resoluções.

É importante destacar que a educação infantil é um dos pilares fundamentais para a formação e o desenvolvimento das crianças, e os recursos transferidos pelo FNDE são essenciais para garantir que as unidades educacionais possam oferecer um atendimento de qualidade, com a devida infraestrutura, material pedagógico, capacitação de



profissionais e condições de espaços adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Por fim, para atender as suplementações serão utilizadas duas fontes de recursos, sendo uma delas o superávit financeiro do exercício anterior apurado no Balanço Patrimonial, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei 4.320/64, senão vejamos:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial
do exercício anterior; (grifei)

Outra fonte a ser utilizadas será a anulação de dotação orçamentária, que não será utilizada durante o exercício, portanto, sua anulação não irá impactar negativamente outros compromissos orçamentários, mantendo o equilíbrio fiscal.

Nessas condições, restando evidenciadas as razões que embasam a iniciativa e demonstrado o seu relevante interesse público, conto com o apoio dessa Casa de Leis, para aprovação do presente projeto em caráter de URGÊNCIA.

Toledo-MG, 13 de Março de 2025.

Zildo Alexandro de Oliveira Prefeito Municipal